

O amor no século xx

Romantismo democrático *versus* intimismo terapêutico

Francisco Rüdiger

Ao longo da história, o casamento teve motivações predominantemente alheias ao amor, quando era o caso de ele, o amor, estar no horizonte do mundo histórico do casamento. No passado mais distante, seu propósito era reproduzir a espécie e constituir relações de aliança, além de reforçar a força de trabalho no âmbito doméstico. Com o tempo, chegada a era burguesa, tornou-se, para a mulher, a principal forma de sustentação financeira e, para o homem, a realização da fantasia de exercer o poder patriarcal. Em geral, “o amor entre os cônjuges devia ser considerado um segredo, de tal forma contrariava o código de civilidade” (Prost e Vincent, 1992, p. 293).

Ainda em meados do século xx, a representação social dominante no Ocidente do relacionamento bem-sucedido era composta pelas imagens do homem provedor e da mulher domesticada, pois

O casamento de inclinação é uma conquista recente: somente há pouco tempo é que os parceiros começaram a escolher-se livremente e, deixando de lado qualquer outra preocupação além da sentimental, passaram a casar a partir de um *eu te amo!* (Bruckner e Finkielkraut, 1981, p. 121).

Destarte, exceto entre algumas vanguardas, o casamento era uma forma de assegurar sustento e auxílio entre os parceiros. Os valores familiares e patrimoniais contavam mais que os afetos. Os compromissos eram morais e coletivos,

mais que psicológicos e individualistas. Vivenciar um romance era visto menos como uma utopia do que com ceticismo pela maior parte das pessoas. A perspectiva de viver um relacionamento erótico e sentimental só passou a ser vista de forma mais positiva após a Primeira Guerra Mundial. Desde então, o romantismo, entretanto, ganha centralidade entre os ideais modernos de felicidade, ao ajustar expectativas utópicas de uma era individualista, por meio da exploração cada vez maior das fantasias hedonistas, pelo capitalismo. O caráter fantasioso assumido pelo amor, embora não possa ser a tal reduzido, tem a ver com este caráter e este fato, sem dúvida é um dos pontos de apoio do processo que nos tornou sujeitos da indústria cultural com relação à maneira de viver o amor no curso do século xx (cf. Morin, 1967, p. 131-8).

O aparecimento de um cenário propício a essa legitimação do romantismo, contudo, não significou que os corações sensíveis ao movimento tenham chegado ao paraíso. Os meios de comunicação desenvolveram, ainda que de forma desigual, a celebração do amor iniciada no período anterior, mas ao fazerem-no sob uma perspectiva mais individualista e menos familiar chamaram atenção para os problemas com que o desejo e a vivência do amor têm de se confrontar no mundo contemporâneo.

A crescente subsunção da experiência amorosa aos esquemas da indústria cultural não se deu apenas na chave romântica, revelando uma variedade e uma resistência cujos espectros nos interessam esclarecer neste artigo. As pessoas não alienaram sua vivência de todo e, assim, conservam a consciência de que, por via daqueles esquemas, a experiência amorosa tende à imponderabilidade. A expansão do racionalismo terapêutico, enquanto alternativa à condução dos relacionamentos em bases românticas, é uma prova disso, por mais que o intimismo promovido por ele também não consiga superar as tensões e os conflitos resultantes da matriz aporética que esses relacionamentos não podem deixar de conter numa era de competição e individualismo.

A legitimação do romantismo

Segundo Anthony Giddens (1994), o progresso dos tempos modernos caracteriza-se, entre outros aspectos, pelo surgimento do que chama de relacionamentos puros, isto é, aqueles centrados basicamente na vontade soberana e nas circunstâncias singulares de seus participantes. Exemplo privilegiado desses relacionamentos seriam as práticas afetivas entre homens e mulheres, emergentes no final do século xx.

Nessa conjuntura, vários fundamentos institucionais da sociedade capitalista transformaram-se. O processo de emancipação feminina, combinado com a crescente flexibilização das relações de mercado, provocou a erosão de relações tradicionais – como o casamento –, enquanto o esvaziamento valorativo das rotinas e convenções passou a promover uma nova espécie de relacionamento entre os seres humanos.

[O conceito de relacionamento puro] refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com a outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem (Giddens, 1994, p. 69).

Embora o casamento siga existindo, as pessoas preferem mais e mais falar em relacionamentos. Criou-se uma nova linguagem para dar conta dos desejos, dos contatos e dos convênios firmados entre homens e mulheres. O foco tornou-se outro. A preocupação com vínculos emocionais sobrepôs-se àquela com os vínculos de natureza jurídica e sociológica. As codificações matrimoniais perderam apelo diante da efetividade dos vínculos afetivos, da proximidade sentimental, da capacidade de interação e das gratificações implicadas nos relacionamentos.

Para Giddens, o processo repercute sobre as concepções românticas em que as relações entre homens e mulheres se baseavam. O romantismo pressupunha a projeção recíproca do amor apaixonado, mas essa seria função de uma hierarquia que o feminismo demoliu. “A projeção criava lá uma sensação de totalidade com o outro”, porém, o fundamento para tanto era uma intensificação “das diferenças estabelecidas entre a masculinidade e a feminilidade, cada uma delas definida em termos de uma antítese [e de uma hierarquia]” (*Idem*, p. 72).

Devido à emancipação da mulher e ao nivelamento de funções entre os sexos que disto resulta, esse tipo de visão do amor entrou em tensão com outro, que o autor chama de “confluyente”. “O amor confluyente é um amor ativo, contingente” e, por essa razão, entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da “ideia de amor romântico” (*Idem, ibidem*). O colapso do patriarcalismo e o esvaziamento valorativo dos relacionamentos convencionais colocaram o plano afetivo e emocional em primeiro lugar, conferindo cunho igualitário às relações íntimas. A sexualidade ganhou importância, conforme se verificou o declínio das preocupações femininas com a reprodu-

ção (voluntária ou não), e os relacionamentos foram se tornando mais livres, abertos e necessariamente sujeitos à negociação.

Dessa focalização nos benefícios recíprocos que o relacionamento deve produzir, desse surgimento do amor confluyente o resultado seria, para o autor, a paulatina perda de conteúdo romântico dos relacionamentos. Os relacionamentos românticos basear-se-iam na crença irracional de que há, para cada um de nós, uma pessoa “certa” que esgotará nossas carências afetivas. As concepções terapêuticas que passaram a orientar a conduta afetiva nas últimas décadas promovem a substituição dessa concepção romântica pela ideia de que, em vez de uma pessoa, devemos buscar antes um “relacionamento íntimo e especial” em nossas vidas (*Idem*, p. 72).

Entretanto, o contexto observado por Giddens não é tão recente quanto sugere seu trabalho. A expansão da tendência não deve ser confundida com o momento que esta emergiu. Já nos escritos de Georg Simmel (2001), ela começara a ser elaborada. Depois da Primeira Guerra Mundial, ocorreu que o patriarcalismo familiar burguês tornou-se alvo da crítica de vários segmentos tecnocráticos, à direita e à esquerda. O casamento tradicional passou a ser fortemente criticado entre as camadas mais intelectualizadas da população dos países avançados. “Tudo prova que a instituição está se desmoronando. As pessoas estão consideravelmente cansadas do casamento, porque a sua forma e seu conteúdo já não correspondem ao indivíduo moderno”, dizia Buchow-Homeyer, em 1928 (*apud* Ussel, 1980, p. 240).

Christopher Lasch (1991) mostrou que os profissionais de saúde, educação e serviços sociais mais progressistas responderam à crise que se abateu sobre essa instituição acirrando as críticas e pregando a reforma desta, no que convergiram, embora noutros termos, com a intelectualidade revolucionária. As motivações para tanto são conhecidas. A família restringia-se e acabava por, de certa forma, fechar-se em torno de si mesma à medida que perdia seu significado econômico e patrimonial no âmbito consumista aberto pelo novo capitalismo.

Destarte, o espaço social por ela ocupado, colonizado pelos veículos da indústria cultural, abriu-se às relações sociais mais amplas, sobretudo às de mercado. Inicialmente receptora das mensagens transmitidas por eles, a família passou a se socializar em meio às instituições que eles difundiam. Os centros de compras e lazer fecharam o ciclo de formação da consciência individual iniciado pelas revistas, filmes e automóveis, que reestruturavam as linhas de ação social de seus sujeitos, de acordo com normas e princípios de cunho mercantil.

Conforme observamos, o romantismo amoroso encontra aí oportunidade de se cultivar: ele era uma emanção vanguardista da sociedade burguesa que se, por um lado, colidia com o patriarcalismo conjugal, por outro, acabou por tensioná-lo e, eventualmente, alterá-lo, ainda no século XIX. A burguesia foi contaminada com o mal que diagnosticou e, no final daquela era, passou a admitir alguns dos seus sintomas como norma para seus institutos matrimoniais (cf. Gay, 1990; Lystra, 1989). O romantismo patriarcal, todavia, não teve longa vida, ficando apenas em esboço, seja porque só por acaso o amor nascia do casamento negociado, seja, sobretudo, porque o patriarcalismo entrava em crise como modelo de vida no início do século XX. Naqueles primeiros anos, o capitalismo criou condições para a defesa, em parte já sujeita à indústria cultural, da plena liberdade para o romantismo. Os movimentos de emancipação política da mulher convergiram tanto com o aparecimento de novos modelos para assujeitá-la à ordem societária quanto da interpelação desta como consumidora. Com o tempo, o vanguardismo dos círculos mais intelectualizados e criadores (cf. Green, 1974, Gadd, 1974, Kern, 1992, Whimster, 1999) repercutiu sobre a coletividade por via dos novos meios de comunicação e promoveu, assim, o avanço do individualismo e um clima mais positivo para a propagação do espírito romântico entre as massas.

Elinor Glyn foi uma das publicistas que, à época, denunciaram o casamento patriarcal, postulando a legitimação romântica e democrática do instituto em *Filosofia do amor*. Segundo ela, a principal causa para o sucesso do cinema romântico seria o fato de ele expressar os novos ideais de vida das massas (cf. Glyn, 1923, p. 201-202). O casamento tornara-se problemático porque as pessoas não suportavam mais viver sem amor. O problema é que elas ainda o aceitavam sem pensá-lo a fundo e, assim, embarcavam em aventura geralmente sem perspectiva, que resultava em divórcio (*Idem*, p. 249). “O casamento é um jogo difícil, com os dados todos virando contra os jogadores: ele exige todos os átomos de nossa inteligência para ser vencido, mas [sendo o caso] o prêmio é a *maior felicidade do mundo*” (*Idem*, p. 46-47).

As pessoas teriam se acostumado a casar, ou por obrigação, ou para formar família, mas seria fato que “nenhuma união pode ser perfeita sem igual capacidade de satisfação física por parte do homem e da mulher, tanto quanto igual capacidade de elevação das suas almas [por meio do cultivo do sentimento]” (*Idem*, p. 17). O principal aspecto da crise por que ele passa teria relação com isso, com a falta de amor ao contratá-lo, com a falta de real fusão do corpo e da alma dos parceiros. “Atualmente, o casamento, de fato,

é uma barganha na qual ambos [mal] tem a expectativa de poder cumprir com suas obrigações” (*Idem*, p. 41).

O resultado, para a autora, é a frieza feminina para com o homem e a indiferença masculina para com a mulher, que condenam sua união ao fracasso. O casamento só poderia ser salvo se reunisse corpo, mente e alma. A redenção do instituto passaria por sua celebração com base no livre-consentimento, fundado, por sua vez, unicamente sobre o amor. Os convênios matrimoniais precisariam pôr de lado os acordos por interesse, porque esses criam as sementes de sua rápida ruína (*Idem*, p. 39-40).

Segundo Glyn, o casamento, visto bem, é um ideal e não uma obrigação. Deve fundar-se no amor, na busca da “fusão do corpo e alma em mais alto grau” e não, em hábitos, interesses e convenções, porque esses não têm como criar mistério. O romantismo em que o casamento precisa se basear, para que se efetive, é um misterioso complexo de forças e ideais que atrai uns aos outros e “sem o qual nenhum amante pode seguir amando” (*Idem*, p. 211). Para ela, o companheirismo igualitário representa um avanço e o prazer carnal, uma necessidade, ambos alcançados apenas com a presença da paixão afetiva. O casamento romântico seria, portanto, “a doce comunhão, na qual os princípios da natureza seriam entendidos e satisfeitos, de modo que deixaria de haver os desejos de se sair dele” (*Idem*, p. 15). A paixão e a admiração recíprocas em que consiste o amor têm de se tornar a base dele, para que as núpcias possam sobreviver, para que os parceiros possam honrar suas obrigações.

Na Europa, Alexandra Kollontai resumiu as propostas do feminismo que se posicionou mais à esquerda sobre esse assunto, ao afirmar que o princípio romântico do amor livre é e precisa ser o único princípio de relacionamento válido entre homem e mulher. Porém, para que isso se impusesse sem causar novos prejuízos – como a exploração sexual – à mulher, a luta pela causa precisaria se inserir em uma reforma da sociedade. A libertação do patriarcado imoral e da necessidade econômica são precondições para ser possível amar sem prejuízo ou alienação. Ainda segundo essa pensadora e militante marxista, “apenas uma transformação radical das relações de produção pode criar as condições sociais indispensáveis para evitar à mulher os aspectos negativos da fórmula elástica *amor livre*” (Kollontai, [1921]* 1982, p. 41).

Já Simone de Beauvoir, embora endossasse essa perspectiva, pregou uma revolução amorosa possuidora de maior sentido utópico: “[...] salvo nos casos bem-raros onde o livre engajamento dos amantes se perpetua durante

* A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor [N.E.].

toda uma vida, a mística do amor conduz à catástrofe” (Beauvoir, 1949, p. 411)¹. O verdadeiro amor só poderia ser o fundado socialmente, lastreado no reconhecimento recíproco da vida própria ou da liberdade de cada um dos amantes. A emancipação econômica e política é condição para tanto, porque o amor não pode ser uma forma de se assumir a dependência à qual se está eventualmente condenado. Contudo, isso não basta: os parceiros precisariam criar seus próprios projetos existenciais, que poderiam convergir entre si, mas seriam independentes e abertos para a coletividade, a fim de não sucumbirem à pequenez de significado. “A conquista da independência dará à mulher o privilégio de desfrutar de indivíduos [eventualmente] autônomos e ativos e que, em geral, não serão parasitas em sua vida, não a prenderão, devido à sua fraqueza e necessidades” (*Idem*, p. 453). Segundo Beauvoir, portanto, a reciprocidade no relacionamento não precisa suprimir a singularidade das relações de cada um com seu corpo, seus sonhos e interesses. O amor deve assumir a forma de livre superação da singularidade e não, da rendição à vida alheia, que forja as cadeias para o infortúnio individual. Os relacionamentos só têm sentido e perspectiva de futuro, quando servem para os amantes “revelarem-se a si mesmos pela entrega de um ao outro e o enriquecimento do universo” (*Idem*, p. 413).

Carmichael Slopes, por sua vez, também defendeu uma concepção romântica antipatriarcal dos relacionamentos, mas foi mais longe ao elaborar uma síntese – para a época, bem mais popular e original – entre as premissas do romantismo e as ideias pregadas pelos higienistas tecnocráticos. Vivendo o impacto das ideias revolucionárias da conjuntura pós-1917, a escritora e terapeuta formulou a fantasia utópica de reconstruir os laços sociais com base numa comunidade amorosa individualista, seguindo, a seu modo, a ideia que um século antes havia animado o socialista Fourier. O conhecimento e o amor, acreditava ela, quando desenvolvidos em conjunto, podem ajudar a formar não apenas casais mais perfeitos e felizes, como também a tornar a humanidade menos imperfeita. Com base neles, “o casal se estenderá desde os cimentos físicos de seus corpos até os céus, onde sua cabeça será coroada de estrelas” (Slopes, 1932, p. 190). Ainda segundo a autora, o homem moderno é um sujeito romântico: “consciente ou inconscientemente deseja a liberdade, a beleza e a aventura” (*Idem*, p. 156). As pessoas todas, das mais prosaicas às mais sofisticadas, têm o desejo de encontrar sua alma gêmea, porque, sem isso, todos – inclusive o mais duro homem de negócios – “acabam por viver sob a impressão de que sua alma está separada de seus membros” (*Idem*, p. 9). Contudo, prossegue Slopes, apenas refundando o casamento

1. Beauvoir já critica o que mais tarde Betty Friedan chamará, noutra direção, de “mística feminina”.

sobre uma concepção romântica, igualitária e emancipatória, tanto na vida sexual, como na vida política e econômica, pode-se concretizar a vocação deste, que é a de nos dar uma vida plena, mediante a união íntima com um esposo para toda a vida (*Idem*, p. 171).

O patriarcalismo precisava ser superado, defende Slopes, porque contribuíria para destruir essa vocação, ao submeter a mulher a convenções morais que, em boa parte das vezes, não só ignoravam a liberdade de escolha dela, mas engendravam rotinas que “privam o casal dos encantos mais elevados e mais poéticos da vida” (*Idem*, p. 120). As preocupações excessivamente domésticas e familiares retirariam, do casamento e do amor, a perfeição da humanidade que poderia se desenvolver com eles, porque o amor é o princípio de criação da mais elevada forma de sociedade. O casamento tradicional e patriarcal faria com que essa capacidade se embotasse cotidianamente nos cônjuges; e isso alcançaria inclusive os que, mesmo amando, desconhecem as exigências românticas do outro. Os costumes patriarcais impediriam a mulher de desenvolver suas capacidades latentes e encantos naturais, privando o homem de ter ao seu lado “uma esposa livre e forte, senão uma amiga desejável e uma companhia intelectual” (*Idem*, p. 170).

Sob essa ótica, o romantismo, então, só se conservaria quando homem e mulher se lembrassem que não podem confundir suas vidas e projetá-las todas no ambiente doméstico, ao mesmo tempo indistinto, do ponto de vista do prazer sexual, e subordinado ao comando patriarcal, do ponto de vista da autoridade. A reforma nos costumes seria algo urgente, e o avanço nos conhecimentos disponíveis, boa razão para pôr esperança nela. “O extraordinário sentido do amor deve ser alentado entre as novas gerações, elas devem ter acesso aos conhecimentos que lhes permitam cultivá-lo, em vez de serem afastadas disso pelas liberdades que pretendem destruí-lo” (*Idem*, p. 190).

O casamento tornou-se uma experiência excludente e perversa, constata a autora, quando poderia ser algo sublime e capaz de governar uma forma mais avançada de sociedade. As pessoas poderiam fazer mais unindo-se do que estando sós e, por isso, a reforma moral do matrimônio seria bom motivo para ter esperança no futuro. A formação de alianças melhores “é o esboço de novas relações entre as unidades individuais que compõem a sociedade” (*Idem*, p. 178). Para a coletividade, e não só para o indivíduo, seria importante que elas fossem prazerosas e bem-sucedidas, porque só

[...] quando nossas relações com a comunidade forem completamente compreendidas, ocorrerá que a saúde, o bem-estar e os poderes que elas infundem em cada

indivíduo passarão a dizer respeito não apenas à sua própria vida, mas afetarão também o conjunto do qual cada um deles é integrante (*Idem*, p. 179).

Verifica-se, portanto, que, nas condições instauradoras de um individualismo democrático de massas, o romantismo não apenas ingressou em fase de legitimação, parcialmente sustentada pela indústria cultural, mas chegou a se articular como utopia do mundo histórico desse individualismo, conforme indicam, mais do que suas fantasias consumistas, manifestos como os de Kollontai, Glyn, Slopes e Beauvoir. Depois da Primeira Guerra Mundial, o romantismo adquiriu crescente legitimidade entre vários setores da população do mundo ocidental: de presença pontual entre as vanguardas burguesas passou a se difundir por todas as camadas da sociedade. Entretanto, com o tempo, as expectativas utópicas em relação ao amor não somente tiraram o foco do romantismo sobre o casamento, como também se tornaram mais complexas.

Os enredamentos patriarcais que o prendiam foram se desfazendo conforme as bandeiras do movimento iam sendo encampadas pela prática da indústria cultural. O capitalismo e o individualismo criaram condições para o desenvolvimento do romantismo e estimularam a demanda por ele em escala cada vez maior. A questão está em que, para isso, se basearam em sujeitos cuja situação – senão destrutiva – é antagônica e, por isso, enfrentam coletivamente esse romantismo como virtual impossibilidade.

Entre as provas disso, está o fato de que, embora progressivamente legitimado, sejam poucos os que, em nosso tempo, falem de maneira séria e autônoma sobre suas perspectivas de concretização na realidade (cf. Solomon [1988] 1992; Costa, 1998). Em geral, o romantismo é objeto de uma fala imiscuída com o cinismo da consciência imediata que caracteriza os contemporâneos. Feministas de várias tendências, por exemplo, denunciaram-no como forma de alienação da mulher e exploração política dos afetos entre homens e mulheres por um sistema cujo eixo dominante seria o machismo (cf. Weisser, 2001, pp. 113-146). O pensamento mais à esquerda coincidiu com o seu oposto conservador, ao afirmar que o romantismo “assemelha-se a uma doença deslumbrante (como a tuberculose), que acaba por se mostrar horrenda em seus estágios derradeiros. Sua patologia é explicitada por sua rigidez: [...] ele se baseia em sonhos e estes são frágeis” (Slater, [1976] 1977, p. 105).

No entanto, a reação mais forte e ampla contra o romantismo que a era do amor livre e da economia de mercado estruturado pela indústria cultural começou a legitimar foi puxada e articulada pelo pensamento terapêutico.

A reação terapêutica

Desde meados do século xx, o romantismo tornou-se uma das principais mediações das relações entre homens e mulheres, promovido que passou a ser pela cultura de consumo. Porém, com isso, não se deve pensar que ele deixou de enfrentar resistência ou se afirmou de modo linear. A conversão do romantismo em moralidade oficiosa dos relacionamentos entre homens e mulheres enfrentou a resistência ideológica da nova cultura terapêutica, além daquelas oferecidas pelo conjugalismo tradicional ou pelo feminismo vanguardista.

Philip Rieff ([1966] 1990) elaborou a expressão e lançou as bases para seu entendimento. Outros pesquisadores trabalharam – referindo-se a Rieff ou não – com a mesma noção, entre eles Robert Castel. Para este, enquanto conceito crítico, a terapia pode ser entendida como racionalidade segundo a qual “agir é manipular, aqui e agora, certo número de variáveis técnicas pessoais numa dinâmica relacional, reduzir as tensões através do desenvolvimento da comunicação, racionalizar os processos de decisão individual etc.” (Castel *et al.*, 1979, p. 334)².

2. Para mais detalhes sobre essa discussão, ver Illouz (2008).

Acerca da pertinência do conceito para a discussão deste artigo, vale lembrar que o romantismo com que se propunha viabilizar o amor livre e o fim das cadeias patriarcais não foi bem-visto como solução pelos setores tecnocráticos emergentes. Segundo eles, o problema estaria nas exigências irrealizáveis que as paixões românticas impõem aos relacionamentos. A resposta para o crescente número de divórcios e para o aumento da insatisfação nas relações entre homens e mulheres não estava no incentivo ao romantismo. Deveria ser buscada antes no estímulo à liberdade de escolha pelos parceiros, à transparência dos relacionamentos e à plena gratificação da sexualidade (cf. Cott, 1995, pp. 95-113).

Contrariamente ao defendido pelos partidários do romantismo, os higienistas tecnocratas acreditavam que a paixão irracional e a mística fantasiosa não deveriam guiar o estabelecimento das relações amorosas e, sobretudo, a pactuação do matrimônio. A perspectiva a ser implementada na construção dos relacionamentos seria menos a da virtual reorganização moral e filosófica dos vínculos sociais mais amplos, que a da criação de um refúgio psicológico e afetivo num mundo sem coração, como mostrou o estudo a respeito de suas ideias feito por Christopher Lasch (1991).

Segundo os tecnocratas, a solução para os crescentes problemas de relacionamento afetivo entre homens e mulheres poderia ser lograda com a reorganização do casamento em termos igualitários e a reinterpretção

do amor como união sexual em um ambiente de companheirismo, o que mais tarde seria definido como intimismo. Os reformadores terapêuticos entreviram que o romantismo propagandeado pela cultura de consumo e endossado por alguns publicistas poderia se tornar fonte de novos problemas, sem solucionar os anteriores. Os próprios promotores do romantismo, sem temerem o irracionalismo, enunciaram essa possibilidade ao afirmarem que “não há romance sem ideais e os ideais são criação do espírito e assim algo fundado no mistério” (Glyn, 1923, p. 198).

Os reformadores terapêuticos perceberam a potencialidade desastrosa da adoção do princípio de conduta romântica, segundo o qual ninguém pode amar ou deixar de amar de acordo com sua vontade (*Idem*, p. 212); segundo o qual o máximo que se pode tentar fazer é manter o amor, cuidar para que ele não se perca, com consciência da sua precariedade e da sua condição de eventual fonte de sofrimentos para os enamorados. Para esses reformadores, o amor livre, em vez de orientar a expressão e a articulação das emoções, prejudica, limita ou distorce as possibilidades de relacionamento entre homem e mulher.

Robert Johnson é um dos herdeiros recentes da longa tradição que entende o romantismo como um dos males da era moderna. Para o autor, o amor deve ser resgatado dos “pântanos do romantismo” ([1983] 1987, p. 260) que, tornado a base de nossos relacionamentos afetivos, cobra alto preço, à medida que produz mais dor e desencanto que alegria e felicidade. “O amor humano está tão distorcido pelos excessos e pelas perturbações oriundas do romantismo, que quase nunca procuramos o amor pelo amor, e mal o que sabemos o que procurar quando o buscamos” (*Idem*, p. 255).

Ao submeter o mito de Tristão e Isolda a novo comentário, Johnson acusa a imagem ocidental do amor como aquilo que nos faz perder a força psicológica capaz de transcender o egocentrismo.

O amor é o poder que dentro de nós aceita e valoriza o outro ser humano tal como ele é, que aceita a pessoa que ali está, verdadeiramente, e não a transforma no ser idealizado pela nossa projeção. O amor é o deus interior que abre nossos olhos cegos para a beleza, o valor e as qualidades da outra pessoa (*Idem*, p. 255-256).

Johnson deseja pensar o amor como força moral, mas não cogita, em nenhum momento, que a valorização do parceiro como ele é, não apenas escapa ao que se entende comumente por amor por outro indivíduo, visto o amor ter elementos idealizadores, como é algo que pode ser imoral ou não

recomendável, dependendo de quem é este indivíduo. Às vezes, o autor não enxerga, encontramos-nos na situação de não apenas não poder externar um juízo moral favorável a outra pessoa, para não mentirmos, mas, ainda, de nos sentirmos impedidos de o fazer, para não cairmos em uma imoralidade – apesar do amor que podemos nutrir pela pessoa.

Para ele, “o romance, pela própria natureza, está fadado a degenerar em egoísmo”. Do nosso ponto de vista, contudo, não é certo que isso se origine do fato de o romance “não ser um amor dirigido a outro ser humano”, porque ele “é sempre dirigido à nossas projeções, às nossas expectativas, às nossas fantasias” (*Idem*, p. 258). Nenhuma relação humana existe sem a mediação desses elementos, ainda que não só e que, nesse resto que falta às projeções, expectativas e fantasias, como a consciência e a racionalidade, por exemplo, haja corretivos essenciais à elaboração dos elementos que tipificam o relacionamento romântico.

Quando Johnson afirma que o verdadeiro amor é um meio de ver a pessoa como singularidade e de com ela construir um relacionamento individualizado (*Idem*, p. 262) postula-se uma máxima moral abstrata e puramente regulatória, que vale tanto para o amor quanto para o companheiro de mesa de jogo. Pode-se concordar com ele que o romantismo tende a ver o amor como uma peça encenada no teatro da vida, mas essa fala não pode ignorar que essa visão não é privilégio dele e que essa encenação só pode ser considerada romântica se, em vez de representação, houver sentimento de autenticidade recíproca entre os protagonistas.

Johnson não é terapeuta por acaso: ele quer alertar para o fato de que as paixões não duram para sempre. Por isso, propõe que troquemos a fantasia romântica pela amizade e pelo compromisso. Como tantos que o precederam, ele supõe que podemos nos livrar dos males do amor seguindo o mesmo caminho pelo qual se tentou oferecer, algumas décadas atrás, solução à crise do patriarcado. A principal diferença entre Johnson e os teóricos que o precederam é que, no cenário que analisa, o casamento não é, em si mesmo, o mais importante, mas sim o companheirismo, o vínculo de amizade, o comprometimento afetivo e, eventualmente, a satisfação sexual. Torna-se central, portanto, um conjunto de práticas a que, segundo Shumway (2003), se pode chamar de intimismo.

Nessa perspectiva, verifica-se que os romances se tornaram

[...] escravos do outro narrativo, da opinião geral que deprecia toda força excessiva e quer que o sujeito reduza ele próprio o grande turbilhão imaginário pelo qual é

atravessado sem ordem e sem fim, a uma crise dolorosa, mórbida, da qual precisa se curar: a história de amor é o tributo que o enamorado deve pagar ao mundo para se reconciliar com ele (Barthes, 1985, p. 4).

Contrariamente ao afirmado por autores como Anthony Giddens, cremos que deva ser relativizado o entendimento contemporâneo de que o amor confluyente toma hoje o lugar do amor romântico, de que o intimismo eclipsou o romantismo. O cenário atual parece caracterizado mais pela convivência ou tensão entre dois registros de relacionamento, como também defende Shumway (2003). O componente terapêutico do racionalismo capitalista, visto com atenção, está dialeticamente imbricado ao subjetivismo que o sistema não pode deixar de estimular entre os indivíduos, e é em meio a esse antagonismo que se vive e se disputa a experiência amorosa contemporânea.

As relações humanas tornam-se cada vez mais frágeis conforme a dinâmica capitalista intensifica a sujeição dos indivíduos. A substância do intimismo é, por isso, tão ilusória quanto a do romantismo, embora haja uma diferença importante. Enquanto as ilusões atreladas ao último encontraram maior apoio na economia de mercado e pareceram ser mais gratificantes à subjetividade da época, as ilusões relacionadas ao intimismo se apoiaram mais nas reservas de racionalidade do que o sistema social vigente abriga em seus centros de criação intelectual, ao tentar elaborar mecanismos de proteção para essa mesma subjetividade.

Destarte, a concepção terapêutica das relações afetivas deveria ser entendida como expressão de uma estratégia de defesa do indivíduo contemporâneo diante do subjetivismo de seu próprio tempo. Como foi notado pela pesquisa social recente, nesta concepção, cada parceiro é visto, “por assim dizer, como um escudo contra o isolamento, contra essa solidão que já não se vivencia como distanciamento voluntário, como privacidade, mas como carência, como *ausência da companhia desejada*” (Béjar, 1993, p. 215, grifos nossos). De fato, a racionalidade terapêutica menos se impôs do que coexiste com a consciência ou sentimento romântico de que nossa vida não se esgota em regras e convenções coletivistas, ainda que higiênicas ou mesmo hedonistas. A consciência individual tornou-se sabedora de que possui suas próprias circunstâncias e volições e, em função de sua relativa irracionalidade em meio ao sistema, ela não se deixa aprisionar por completo nos esquemas que visam dar-lhe estabilidade.

A companhia desejada por muitos, senão pela maioria, é a romântica, porque é esta que, na era da indústria cultural, se forma ou se projeta na

conjunção entre o indivíduo e o sistema. Apesar disso, esta também é a companhia mais distante e difícil de conquistar em um mundo dominado pelo individualismo da sociedade capitalista.

Porque registra ou nota que o fundamento dos relacionamentos românticos é um subjetivismo virtualmente insustentável, o pensamento terapêutico, por seu turno, procura nos advertir que o amor é algo que precisa ser trabalhado, cuidado. As pessoas que sentem vontade de amar precisam se dar conta, segundo este pensamento, de que isso depende de vontade e esforço, algo que, aliás, não é estranho ao romantismo. Porém, contrariamente a este, que enfatiza a paixão, a química, a loucura etc., o intimismo defendido pelo pensamento terapêutico prega que cuidemos, antes de tudo, do equilíbrio, do planejamento e da reciprocidade nos relacionamentos. Para o romantismo, o principal é a paixão. Para o intimismo, o companheirismo ou intimidade.

Embora seus respectivos discursos sejam em boa parte distintos, suas diferenças costumam passar despercebidas, porque coexistem lado a lado e a maioria de nós é influenciada por ambos: ambos promovem o paraíso em nome do amor. O romantismo oferece a aventura, a emoção intensa e a perspectiva de se conhecer o companheiro ideal. O intimismo promete a comunicação profunda, a amizade e o compartilhamento capaz de transcender a paixão romântica (Shumway, 2003, p. 27).

Levando em conta esse diagnóstico, pode-se sustentar a hipótese de que, nesse cenário amoroso, as pessoas virtualmente se encontram em ponto de explosão: desejam e temem o romance, a exacerbação emocional. Elas são sensíveis a suas imagens, vivendo em um mundo frio e racionalizado do ponto de vista da reprodução cotidiana, mas, por serem racionais, sabem dos riscos de sofrimento e dos desafios por ele exigidos, não sendo, por isso, menos sensíveis à alternativa terapêutica.

O consumismo da intimidade e o princípio terapêutico do companheirismo são, pela superficialidade ou pelo comedimento, mais recomendáveis racionalmente do que o romance apaixonado, mas este não perde nada em interesse estético e eventual experiência vivida, sempre que as situações se apresentam e as paixões levam à perda da razão. Por isso, parecem-nos equivocados os evangelistas do amor confluyente, segundo os quais os relacionamentos afetivos entre homens e mulheres tendem a ser mais bem-sucedidos com o progresso da racionalidade terapêutica e o arrefecimento da paixão romântica, circunscrita ou não ao consumismo abstrato dos seus meios de comunicação.

O intimismo é tão frágil e precário quanto o romantismo, carecendo, tanto quanto este de apoio nas estruturas que sustentam nosso sistema de vida no cotidiano do mundo individualista. A propaganda em favor do intimismo se esquece ou ignora que a intimidade não é mais fácil de se encontrar e tem tanta fragilidade quanto o romantismo que seus defensores condenam. O conjugalismo terapêutico com que se transcendeu o familiarismo é tão abalado pelo individualismo de nosso tempo quanto o romantismo que este último estimula.

Atualmente, as pessoas são levadas cada vez mais a se arrumar afetivamente sozinhas em termos que, no entanto, precisam ser racionalizados. O casamento convencional prescrevia papéis; os relacionamentos supõem que eles precisam ser livres e negociados. A ruptura dos padrões de relacionamento convencional em meio a relações predominantemente mercantis, cada vez mais voláteis e flexíveis, lança as pessoas a situações vividas sem orientação e não parece que os meios fornecidos pelo mercado possam, vistos de maneira global, restaurar esta orientação, por mais que as pessoas tendam a ser cada vez mais reflexivas e independentes, por mais que os relacionamentos sejam sempre mais avaliados racionalmente.

Outra prova dessa situação são os manuais de relacionamento. Depois dos anos de 1960, esses manuais se caracterizam menos por promover a codificação terapêutica do que por sugerir que, sem o cultivo dessa postura, o amor não tem muita perspectiva. Desde essa época, os relacionamentos se convertem em objeto que precisa ser investido por certas condutas e devidamente administrado, se quiserem ter futuro. O aconselhamento no sentido sexual não desaparece, mas o reconhecimento da essência problemática das relações, o aprofundamento da guerra dos sexos e seu impacto negativo sobre o poder do amor foram adquirindo proeminência (cf. Rüdiger, 2010).

Verificamos que, se por um lado o romantismo se tornou, em nosso tempo, uma conduta socialmente legítima, por outro, ele conquistou essa situação porque passou a ser explorado como fluido nos mecanismos da indústria cultural em que mais e mais se transforma o capitalismo. Por isso, a referida legitimação é apenas parcial ou relativa – inclusive entre os seus sujeitos – ao ser vivido como núcleo possuidor de imensos problemas para os que com ele se comprometem.

Os relacionamentos caracterizavam-se, sob o patriarcalismo, por uma crescente decepção entre os envolvidos. A entrega submissa da mulher ao homem, via de regra, limitava-se a ter compensações sociais; o romantismo era censurado e, no caso de eclodir, tendia a ter vida curta, no que afetava ambos os parceiros. A rotina patriarcal encarregou-se de trivializar a paixão, promovendo o desprezo da mulher pelo homem e o ressentimento com o homem, por parte da mulher. O resultado disso era, ora alguma ruptura dos laços conjugais, ora a resignação infeliz com o relacionamento. A falta de recompensa pela entrega pessoal, tanto quanto as exigências íntimas por demais absorventes, de parte a parte, tendiam a engendrar um inferno doméstico e cotidiano, embora não se deva fazer um quadro uniforme da situação.

A emancipação econômica da mulher, embora ainda não tão ampla quanto a que o homem já conseguira, abriu novas perspectivas de relacionamento entre ambos, mas ao mesmo tempo acabou por torná-los dependentes dos padrões competitivos e consumistas da economia de mercado avançada. O romantismo foi liberado das cadeias que o inibiam e passou a ser parcialmente legitimado pela sociedade, sobretudo, por sua capacidade de estímulo à prática da indústria cultural.

Depois da invenção da pílula, com a possibilidade de desvincular a vida sexual das salvaguardas que o casamento fornecia à mulher, o processo de emancipação social do romantismo atingiu seu ápice. As relações entre os sexos na esfera íntima passaram a se nivelar por força da inserção convergente dos sujeitos, tanto no mundo do trabalho, quanto no da cultura de consumo. O efeito geral disso é o crescente subjetivismo da conduta, que tende a fragilizar os relacionamentos e a minar uma economia cujas bases, sendo afetivas ou irracionais, por isso mesmo, carecem da consistência que, por comparação, encontramos em outras estruturas societárias.

Pierre Mérot (2005) procede literariamente à construção fenomenológica que ilustra muito bem o ponto em seu romance *Mamíferos*. Conforme o leitor é levado a pensar, o rompimento das cadeias do patriarcalismo e, em seguida, a relativização dos ideais familiaristas foram processos vistos por seus sujeitos como libertação e motivo de esperanças. Porém, efetivamente, o prêmio disso tudo não tem sido plenitude e felicidade, ou o triunfo do romantismo. As fantasias eróticas que se puseram em circulação pelos mais diversos canais, sugere o livro, são a triste mascarada de um crescente deserto afetivo e sentimental. Entre as camadas médias em geral, universo retratado no romance, sobretudo, a sexualidade ao mesmo tempo inflada, vulgar e

vazia é o sucedâneo virtualmente depressivo do desencanto ressentido que surge à medida que as pessoas se descobrem cada vez mais privadas ou distante do amor romântico.

Ao elaborar reflexivamente a consciência imediata da reificação coletiva em que essas camadas médias estão sendo jogadas, o personagem principal, ainda que sem a analisar, revela ao leitor a condição central adquirida pela experiência amorosa na consciência do homem comum, a tal ponto que, segundo suas palavras, prisioneiras da banalidade cotidiana, cada vez mais “as vidas se constroem e se desfazem de acordo com esse eixo [no que tem de excitante]” (Mérot, 2005, p. 39). O problema, pensa o autor, é que a cultura nos levou a crer que se pode e se deve ser livre para amar com liberdade e em profusão, mas aos poucos fica claro que não é assim, que isso “é uma mentira”. De fato, “Amar é excepcional. Não amar é a regra”. Por isso, conclui o personagem, conhecer e “aceitar essa regra” poderia, talvez, “proporcionar um início de felicidade” (*Idem, ibidem*).

A propaganda em favor do amor, promovida por nosso tempo, colide com a multiplicação dos nossos sofrimentos afetivos individuais e mantém em tensão as ilusões sobre o encontro dos corações. A experiência ensina que a facilitação e a proliferação dos encontros não trouxeram as satisfações prometidas. Os relacionamentos tendem, com o passar do tempo, a ser vividos como “suicídios afetivos”. As correspondências são raras, e os contatos, em geral, se assemelham a recebimentos de “notas sem valor”. As pessoas se põem a tentar encontrar alguém, enquanto ainda há tempo, antes que seja tarde, sabendo que, passado um limiar temporal, estarão inúteis para sempre, o que não faz senão aprofundar o desespero com a falta de perspectivas eudemônicas mais concretas na vida cotidiana.

Nessa aventura, o principal ou mais comum, portanto, não é mais a felicidade a dois, mas a descoberta de que o amor só tem força em si e que, singular a cada um, pode ser inacessível aos outros, senão à nossa própria compreensão, agora que “nenhuma figura nos retém” na “construção incerta” que se tornou a vida, “quando o assunto é o amor” (*Idem*, p. 40). Entre amplos estratos da população, sustenta o personagem, a crença no amor eterno deu lugar à suspeita, senão à convicção, de que ninguém pode viver por muito tempo com a mesma pessoa e que “os que o conseguem não são uns santos otimistas”, mas “pessoas de alguma forma problemáticas” (*Idem*, p. 40).

Por isso tudo, para retornar ao eixo textual e concluir, as reservas contra o amor romântico que se continua a presenciar em nossa época não podem

ser vistas como simples sobrevivência da era patriarcal. Oriundas de uma situação afetiva cada vez mais anárquica, elas também têm a ver, antes, com o aparecimento de uma racionalidade terapêutica cujo sentido é nos preservar ou defender dos efeitos de uma desordem emocional potencialmente destrutiva para todos os crentes nos pressupostos metafísicos e nas promessas de felicidade do romantismo.

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. (1985), *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BEAUVOIR, Simone. (1949), *Le deuxième sexe*. Paris, Gallimard.
- BÉJAR, Helena. (1993), *La cultura del yo*. Madrid, Alianza.
- BROWN, Helen. (1982), *A mulher de hoje*. Rio de Janeiro, Record.
- BRUCKNER, Pascal & FINKIELKRAUT, Alan. (1981), *A nova desordem amorosa*. São Paulo, Brasiliense.
- CASTEL, Robert *et al.* (1979), *La société psychiatrique avancée*. Paris, Grasset.
- COSTA, Jurandir. (1998), *Sem fraude nem favor*. Rio de Janeiro, Rocco.
- COTT, Nancy. (1995), “A mulher moderna”. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle M. (orgs.). *História das mulheres no Ocidente: o século xx*. Porto, Afrontamento, pp. 95-113.
- FRIEDAN, Betty. (1971), *Mística feminina*. Petrópolis, Vozes.
- GADD, David. (1974), *The loving friends*. London, Hogarth.
- GAY, Peter. (1990), *A paixão terna*. São Paulo, Cia. das Letras.
- GIDDENS, Anthony. (1994), *A transformação da intimidade*. São Paulo, Editora da Unesp.
- GLYN, Elinor. (1923), *The philosophy of love*. Auburn, The Author's Press.
- Green, Martin. (1974), *The Von Richthofen sisters*. New York, Basic Books.
- ILLOUZ, Vera. (2008), *Saving the modern soul*. Berkeley, University of California Press.
- JOHNSON, Robert. (1987), *We*. 1a. edição 1983. São Paulo, Mercuryo.
- KERN, Stephen. (1992), *The culture of love*. Cambridge, Harvard University Press.
- Kollontai, Alexandra. (1982), *Marxismo e revolução sexual*. 1ª edição 1921. São Paulo, Global.
- LASCH, Christopher. (1991), *Refúgio num mundo sem coração*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LÁZARO, André. (1996), *Amor: do mito ao mercado*. Petrópolis, Vozes.
- LEFAUCHEUER, Nadine. (1995), “Modernidade, família e estado”. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle M. (orgs.). *História das mulheres no Ocidente: o século xx*. Porto, Afrontamento.
- LYSTRA, Karen. (1989), *Searching the heart*. New York, Oxford University Press.

- McGEE, Micki. (2005), *Self-help, Inc.* New York/ Oxford, Oxford University Press.
- MÉROT, Pierre. (2005), *Mamíferos*. São Paulo, Cia. das Letras.
- MORIN, Edgar. (1967), *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro, Forense.
- NUSSBAUM, Martha. (1990), *Love's knowledge*. New York, Oxford University Press.
- PROST, Antoine & VINCENT, Gérard. (1992), "Uma história do segredo". In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (orgs.). *História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias*. São Paulo, Cia das Letras, pp. 137-364.
- RIEFF, Philip. (1990), *O triunfo do terapêutico*. São Paulo, Brasiliense.
- RÜDIGER, Francisco (2010), "A experiência amorosa na literatura de autoajuda". *Conexão – comunicação e cultura*, Caxias do Sul, 9 (17): 129-144, jan-jun.
- SHUMWAY, David. (2003), *Modern love*. New York, New York University Press.
- SLATER, Phillip. (1977), *A busca da solidão*. 1a. edição 1976. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOLOMON, Robert C. (1992), *O amor: reinventando o romance em nossos dias*. São Paulo, Saraiva.
- SIMMEL, Georg. (2001), *Filosofia dell'amore*. Roma, Donzelli.
- STOPES, Carmichael. (1932), *El amor y el matrimonio*. Buenos Aires, Ombu.
- USSEL, Jos Van. (1980), *Repressão sexual*. Rio de Janeiro, Campus.
- WEISSER, Susan. (org.) (2001). *Women and romance*. Nova York, New York University Press.
- WHIMSTER, Sam. (1999), *Max Weber and the culture of anarchy*. Londres, Macmillan.

Resumo

O amor no século XX: romantismo democrático versus intimismo terapêutico

O objetivo do artigo é esclarecer de que modo a paulatina legitimação dos padrões de relacionamento romântico ocorrida no século passado – conforme pregados por várias defensoras da reforma dos costumes e promovidos por meios de comunicação em massa – enfrenta a resistência, entre os setores partidários do racionalismo terapêutico, de um discurso em favor do intimismo amoroso. A hipótese é de que o sentido dessa reação seja o de proteção contra os efeitos negativos potencialmente gerados pela crença em certo tipo de romantismo e suas promessas de felicidade, em meio à ordem social individualista e desprovida de salvaguardas tradicionais.

Palavras-chave: Amor e sociedade; Romantismo e cultura; Intimismo e racionalismo terapêutico.

Abstract

Love in the twentieth century: democratic romanticism versus therapeutic intimacy

The article seeks to explain how the gradual legitimation of romantic relationships over the course of the last century – advocated by social reformers and propagated by the

mass media – have met with resistance from a discourse in favour of amorous intimacy among followers of therapeutic rationalism. The text argues that this reaction comprises a defensive protection against the negative effects potentially generated by the belief in a certain type of romanticism and its promises of happiness within a individualistic social order lacking in the traditional safeguards.

Keywords: Love and society; Romanticism and culture; Intimacy and therapeutic rationality.

Texto recebido em 6/10/2009 e
aprovado em 6/8/2012.

Francisco Rüdiger é professor
da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. Email: <frudi-
ger@ig.com.br>.